

São Paulo 29 de setembro de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 30 de JUNHO de 2025

Prezados Senhores,

Em cumprimento à Res. Nº 02/2020 do Bacen, encaminhamos a V.Sas., o documento 9010:

Relatório da Diretoria sobre os Negócios Sociais e os principais fatos administrativos do período.

Demonstrações Financeiras:

- Balanço
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Resultado Abrangente

Notas Explicativas

RAI – Relatório da Auditoria

Documentos relacionados a esta correspondência foram publicados em 29/09/2025 no sítio eletrônico www.faircorretora.com.br.

Declaramos nossa responsabilidade quanto ao conteúdo dos documentos contidos nos arquivos citados acima.

Atenciosamente,

Thais Luzia

Lavia

Assinado de forma digital por

Thais Luzia Lavia

JOSE LAVIA

Assinado de forma JUNIOR17299151839 digital por JOSE LAVIA JUNIOR17299151839

FAIR CORRETORA DE CAMBIO S/A CNPN Nº 32.648.370/0001-26

VALDEMIR

Assinado de forma digital por SOPRANI:53807405 VALDEMIR SOPRANI:53807405887 Dados: 2025.09.26 10:05:04 -03'00'

887

Valdemir Soprani Contador CRCSP 088327/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas, as Demonstrações Contábeis da FAIR CORRETORA DE CAMBIO S/A., relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, conforme determina as normas vigentes.

No período, o mercado de câmbio foi significativamente impactado por ocorrências políticas nacionais e internacionais. No âmbito interno, a manutenção de altas taxas de juros e a volatidade das cotações de moedas estrangeiras afetaram de maneira substancial a nossa área de atuação. Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas, inclusive com as mudanças ocorridas na Alta Administração, logramos manter o ritmo dos negócios em patamares adequados

Objetivando a manutenção da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes, foram realizados investimentos tanto no setor de pessoal, com a contratação de novos funcionários e a promoção de treinamento de pessoal por meio de cursos administrados por empresa especializada, como também em melhorias na estrutura de apoio técnico, especialmente na área de informática.

Foram adotadas, ainda, as devidas providências para a adequação do capital aos níveis exigidos na regulamentação em vigor.

Reafirmamos o nosso propósito de cumprir as nossas obrigações com ética e responsabilidade social e agradecemos a confiança depositada pelos senhores acionistas.

Atenciosamente,

FAIR CORRETORA DE CAMBIO S/A.

JOSE LAVIA Assinado de forma digital por JOSE LAVIA JUNIOR - 17299151839

José Lavia Junior – Diretor

PEDRO OSVALDO Assinado de forma Gigital por PEDRO OSVALDO SCATTONE - 03877410898 JUNIOR - 03877410898

Pedro Osvaldo Scattone Junior - Diretor

FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A

CNPJ: 32.648.370/0001-26 **BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025**

·				
<u>n.e</u>	30.06.2025	Passivo	<u>n.e</u>	30.06.2025
_	51.664	CIRCULANTE		41.126
4	20.153	Passivos Financeiros		50
	25.120	ao valor Justo por meio do Resultado Liquidação Pronta - Contrato de Câmvio	-	52 52
-	25.118			
5.1	3.145	Outras Obrigações		41.074
5.2	21.973	IOF a Recolher	_	735
		Fiscais e Previdênciarias		1.857
	2	Diversas	11.1	38.482
5.2	2			
	6.361			
6.1	2.937			
7.1	3.795			
	(371)			
	30			
-	30			
_	32.469			
	32.203		- 12	5.064
7.2	32.203	Fiscais e Previdênciarias	-	4.753
2	400	Provisão para Passivos Contingêntes		311
8				
	126			
9	113			
-	1.912			
	(1.799)	PATRIMONIO LIQUIDO Capital Social	_	37.943
10	27	De Domiciliados No País	13	13.704
-	47	Reserva de Lucros		24.194
	(20)	Ajuste de Avaliação Patrimonial		45
	84.133	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUI	DO_	84.133
	5.1 5.2 5.2 5.2 6.1 7.1	51.664 4 20.153 25.120 25.118 5.1 3.145 5.2 21.973 5.2 2 6.361 2.937 7.1 3.795 (371) 30 30 30 32.469 32.203 32.203 8 126 126 126 9 113 1.912 (1.799) 10 27 47 (20)	S1.664 20.153 25.120 25.118 5.1 3.145 5.2 21.973 25.2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	Solution Solution

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

JOSE LAVIA JUNIOR Assinado de forma digital por JOSE LAVIA - 17299151839 JUNIOR - 17299151839 Jose Lavia Junior

05887

VALDEMIR

Assinado de forma digital SOPRANI:538074 SOPRANI:53807405887 Dados: 2025.09.29 11:28:37

Valdemir Soprar

FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A CNPJ: 32.648.370/0001-26 **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

	n.e	30.06.2025
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	_	21.796
Resultado de Operações de Câmbio	14	20.582
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.214
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		0
RESULTADO BRUTO DA INTERMED. FINANCEIRA	_	21.796
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	_	(19.353)
Receitas de Prestações de Serviços	15	16.543
Despesas de Pessoal	16	-6.504
Outras Despesas Administrativas	17	-27.781
Despesas Tributárias	18	-2.823
Provisão para Risco de Crédito		-7
Receitas/Despesas de Ajuste a Valor Justo		-50
Outras Receitas/Despesas Operacionais		1.269
RESULTADO OPERACIONAL	_	2.443
RESULTADO ANTES DA TRIBUT. SOBRE O LUCRO E PART.		2.443
Imposto de Renda e Contribuição Social		-348
LUCROS E OU PREJUÍZO DO PERÍODO	_	2.095
Quantidade de Ações:	13	5.306
Lucro/Prejuízo por ação		0,3948

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

JOSE LAVIA JUNIOR -17299151839

Assinado de forma digital por JOSE LAVIA JUNIOR - 17299151839

3.561

Jose Lavia Junior Diretor

CPF 172.991.518-39

Valdemir Soprani Contador CRC-1SP 088.327/0-O

VALDEMIR SOPRANI:53 SOPRANI:53807405887 807405887

Assinado de forma digital por VALDEMIR Dados: 2025.09.29 11:38:57 -03'00'

FAIR CORRETORA DE CAMBIO S/A CNPJ/MF n.º 32.648.370/0001-26

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO **SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

	30.06.2025
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	
Resultado do semestre/exercício	2.095
Ajustes do Exerecicios Anteriores	0
Depreciação e amortização	18
Depreciação Baixa de Imobilizado	-27
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-21
Variações nos ativos e passivos .	
(Aumento)/Redução Aplic. Inrerf. De Liquidez	-3.145
(Aumento)/Redução em Titls e VIres Mobls	-2.950
(Aumento)/Redução em outros créditos	36.244
Aumento/(Redução) em outras obrigações	-24.070
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	8.144
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos	
Compras do Imobilizado	-44
Compras do Intangivel	-7
Baixa de ativos permanentes	27
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimento	-24
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiament	21
Aumento/Redução líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	8.141
Aumento (Redução) nas disponibilidades:	8.141
No inicio do semestre	12.012
No final do semestre	20.153

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras

JOSE LAVIA Assinado de forma digital por JOSE JUNIOR -LAVIA JUNIOR -17299151839 17299151839

> Jose Lavia Junior Diretor CPF 172.991.518-39

VALDEMIR 07405887//

Assinado de forma digital por VALDEMIR SOPRANI:538 SOPRANI:53807405887 Dados: 2025.09.29 13:23:28 -03'00'

> Valdemir Soprani Contador CRC-1SP 088.327/0-O

FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A CNPJ: 32.648.370/0001-26 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

							(R\$. Mil)
Discriminação		CAPITAL	RESERVA	LUCROS A DISPOSIÇAO ACIONISTAS	LUCROS PREJUIZOS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	TOTAL
	n.e	SOCIAL	LEGAL	ACIONISTAS	ACUMULADOS	PATRIMONIAL	
SALDOS EM 01.JAN.2025		13.704	978	21.121		24	35.827
Lucro do Semestre					2.095		2.095
Ajuste da Avaliação Patrimonial DESTINAÇÃO:						21	21 -
Reserva Legal Resultado a Disposição dos Acionistas			105	1.990	(105) (1.990)		-
SALDOS EM 30.JUN.2025		13.704	1.083	23.111	-	45	37.943
<u>MUTAÇÕES</u>			105	1.990		21	2.116

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

JOSE LAVIA Assinado de forma digital por JOSE JUNIOR -LAVIA JUNIOR -17299151839 17299151839 Jose Lavia Junior

Diretor CPF 172.991.518-39 VALDEMIR

Assinado de forma digital por VALDEMIR

SOPRANI:5380740 SOPRANI:53807405887

Dados: 2025.09.29 11:47:42
-03'00'

Valdemir Soprani Contador CRC-1SP 088.327/0-O

FAIR CORRETORA DE CAMBIO S/A CNPJ/MF n.º 32.648.370/0001-26 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

Em R\$ Mil 30.06.2025 RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO 2.095 (+-) Ganhos/Perdas de conversão das Demonstrações Contábeis (+ -) Ganhos ou Perdas Atuariais (benefícios a empregados) (+ -) Mudanças nos valores justos de instrumentos de Hedge (+-) Parcela de outros resultados abrangentes RESULTADO DO SEMESTRE 2.095 **RESULTADO ABRANGENTE TOTAL** 2.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Assinado de forma JOSE LAVIA digital por JOSE JUNIOR -LAVIA JUNIOR -17299151839 17299151839 Jose Lavia Junior Diretor CPF 172.991.518-39

VALDEMIR SOPRANI:538074058 VALDEMIR SOPRANI:53807405887 87

Assinado de forma digital por Dados: 2025.09.29 11:54:18 -03'00'

Valdemir Soprani Contador CRC-1SP 088.327/0-O

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

1) Contexto Operacional:

A Corretora tem por objetivo social intermediar operações de câmbio, inclusive em Bolsas de Mercadorias e Futuros e a prática de operações no mercado de taxas flutuantes.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras:

As Demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e com as práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

As demonstrações estão sendo elaboradas e apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 onde regulamenta e consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo. As contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade, e a abertura de segregação entre circulante e não circulante passa a ser divulgada apenas nas respectivas notas explicativas.

A FAIR Corretora de Câmbio S/A optou pela isenção facultada pela Resolução BCB nº 352/23, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos), nas demonstrações contábeis, referentes aos períodos do ano de 2025.

Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543 que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a FAIR adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

A Diretoria da Fair autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Financeiras em 26 de setembro de 2025.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

A Resolução BCB 352/2023 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A partir da data-base de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros passaram a ser ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento, conforme as seguintes categorias: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) e Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Essa reclassificação substitui as designações anteriormente utilizadas para a classificação dos Títulos e Valores Mobiliários (TVMs). Assim, os ativos que eram classificados como Mantidos até o Vencimento, Para Negociação e Disponíveis para Venda, passaram a ser enquadrados, respectivamente, nas categorias CA, VJR e VJORA.

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3) Principais Diretrizes Contábeis:

- a) Apuração dos Resultados: As receitas e Despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência;
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas com objetivo de gerenciar os compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão reconhecidas pelos valores de aquisição (papéis de compra), cujos rendimentos incorridos estão reconhecidos até a data do balanço.
- c) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

d) Ativos e Passivos Financeiros - A FAIR Corretora realiza a classificação e mensuração de seus ativos financeiros com base no modelo de negócios adotado para sua gestão e nas características contratuais dos respectivos fluxos de caixa, conforme os três critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023:

Custo amortizado: Ativo financeiro mantido sob uma estratégia de negócios voltada à retenção dos ativos até o vencimento, com o objetivo principal de receber fluxos de caixa contratuais compostos por principal e juros.

Valor justo em outros resultados abrangentes: Ativo financeiro mantido sob uma estratégia de negócios voltada à gerar retorno tanto por meio dos fluxos de caixa contratuais (principal e juros) quanto pela venda dos ativos.

Valor justo no resultado: Os demais ativos financeiros que não atendem aos critérios acima.

Por sua vez, os passivos financeiros, via de regra, são mensurados pelo custo amortizado, ressalvadas as exceções previstas na legislação, como nos casos de derivativos, operações de empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, garantias financeiras e compromissos de crédito, sendo vedada a sua reclassificação após o reconhecimento inicial.

Nesse sentido, conforme estabelece a Resolução BCB n° 352/2023, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

O valor justo é compreendido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação ordenada entre participantes do mercado, na data da mensuração.

Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito: A Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB 352/23 prevê a adoção de um modelo de perdas esperadas. Essa diretriz visa aprimorar a mensuração dos riscos de crédito ao considerar a probabilidade de perdas futuras, fortalecendo, assim, a robustez e a transparência das instituições financeiras no Brasil.

O modelo adotado pela empresa nos serviços de corretagem/serviços prestados, é o modelo simplificado baseado no cálculo facultativo das provisões, conforme BCB 352/2023, art. 40 § 5°.

Como métrica, a instituição adotou os seguintes critérios, conforme itens abaixo:

1. As notas de corretagem com vencimento até 360 dias não terão provisão.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

- 2. Notas de corretagem com Atraso superiores a 360 dias, a provisão deve ser feita no valor de 100% do valor da nota de corretagem.
- e) **Ativo Circulante** e **Não Circulante**: Demonstrados pelos valores de custo e/ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço;
- f) Permanente: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou as circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
 - **Investimentos** São avaliados pelo método de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
 - Imobilizado Está contabilizado ao custo da aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária sendo: 20% a.a. para Sistema de Transporte Veículos e Sistema de Processamento de Dados e 10% a.a. para as demais contas.

A Corretora manteve os saldos dos bens registrados no Ativo imobilizado ao custo histórico, em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização, os quais não excedem o valor recuperável.

 Ativos intangíveis: São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos direitos de uso. O quadro de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 10;

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo NBC TG 25 (R2), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos Contingentes, não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Provisões, são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos Contingentes, de acordo com o NBC TG 25 (R2), é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

- h) **Passivo Circulante e Não Circulante**: Demonstrado por valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço.
 - **Operações de Câmbio:** Os ativos e Passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio (Ptax) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do semestre.
- i) Provisão para Imposto de Renda / Contribuição Social: O imposto de Renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido foram calculados com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30/06/2025
Caixa	974
Depósitos Bancários	2.279
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	16.900
TOTAL	20.153

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

5) Composição dos Títulos Em Carteira Própria:

Estão contabilizados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão classificados nas seguintes categorias:

5.1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Ao Custo Amortizado:

Descrição	30.06.2025
Títulos Federais – LFT – Banco Genial	3.145
<u>Total</u>	<u>3.145</u>

5.2 Títulos e Valores Mobls e Instr. Finac. E Derivativos

Ao Custo Amortizado:

	30/06/2025
Títulos Federais – LFT – LTN – NTN-B	15.322
Certificado de Deposito Bancário	4.552
Fundos de Investimentos	2.089
Contratos de Câmbio – ME – Liq. Pronta	2
TOTAL	21.973

Ao Valor justo por meio do Resultado:

	30/06/2025
Contratos de Câmbio – ME – Liq. Pronta	2
TOTAL	<u>2</u>

O valor de mercado dos CDBs foi apurado, utilizando-se os preços e taxas divulgados pela B3 (CETIP). Os valores das cotas de fundos de investimento, correspondem aos valores de cotas na data do balanço, divulgada pela instituição financeira administradora do fundo.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

5.3 Classificação por Categoria e Prazos

Classificação por Categoria e Prazos				30/06/2025		
	Sem	1	31	181	Acima	Valor
		a 30	a 180	a 360	de 360	Mercado
Títulos	Vencto	Dias	Dias	Dias	Dias	Contábil
Títulos Federais		15.332				15.332
LFT		15.289				15.289
LTN		10				10
NTN-B		32				32
CDB				4.552		4.552
Fundos	2.089					2.089
Investimoentos	2.003					2.009
<u>Garantias</u>						<u>0</u>
CDB						0
TOTAL						<u>21.975</u>

6) Outros ativos

6.1 Rendas a Receber:

Descrição	30/06/2025
Corretagem de câmbio a receber	2.140
Serviços Prestados a receber	797
Total	2.937

7) Outros Ativos - Diversos

7.1 Circulante

Descrição	30/06/2025
Adiantamentos Salariais	42
Adiantamentos a Fornecedores	8
Vlres a receber Direito sobre venda	1.836
Impostos a Recuperar	1.895
Devedores Diversos	14
Total	3.795

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

7.2 Não Circulante:

Descrição	30/06/2025
Cofins Interposição de Recursos	30.477
Depósito Judicial Cofins	826
PMSP Depósito Judicial	209
Total	32.203

8) Investimentos

Descrição	30/06/2023
Bolsa Brasileira de Mercadorias	126
Total	<u>126</u>

9) Imobilizado

Composição:	Taxa		3	0/06/2025
Composição.		Custo de	Depreciação	Valor
		Aquisição	Acumulada	Líquido
Instalações	10%	250	242	8
Móveis e Equipamentos	10%	628	577	51
Equip. de Proc. de dados	20%	711	659	52
Equip. de Com./Segurança	10%	101	101	0
Outros Equipamentos	10%	132	130	2
Veículos	20%	28	28	0
Benfeitorias em imóveis de 3°s	10%	62	62	0
Total		1.912	1.799	113

10) Intangível

	Taxa			30/06/2025
Composição:		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	25%	27	20	7
Marcas e Patentes	-	20	0	20
Total		47	20	27

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

11) Outras Obrigações - Circulante:

11.1 Outras Obrigações - Diversas

Descrição	30/06/2025
Ordens de pgto M.E. (1)	30.469
Obrigações por Bens e Direitos	3
Provisão com Despesas de pessoal	1.152
Provisãol Despesas Administrativas	154
Adtos em Moeda Nacional Vdas	6.284
Obrigações por Compras	144
Credores Diversos	276
Total	38,482

(1) Registra-se nesta conta o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, a serem cumpridas no país por seu contravalor em moeda nacional, bem como o valor das ordens de pagamento originárias do país e ainda não cumpridas no exterior em 30/06/2025

12) Outras Obrigações – Não Circulante:

Descrição	30/06/2025
Cofins (*)	4.753
Imposto de Renda	311
Total	<u>5.064</u>

(*) Refere-se a processo judicial de Cofins com depósitos judiciais - nota 7.2. e contingência de imposto de Renda em 30.06.25 no valor de R\$ 311.

A Corretora mantém acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua Assessoria Jurídica, que considera o risco de perda envolvida e classifica o caso como risco provável, possível ou remoto.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

Considerando estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível são os processos relativos ao COFINS no valor de R\$ 30.478 mil, considerando os depósitos judiciais até a resolução das questões legais correspondentes, para serem utilizados no levantamento do saldo, quando do desfecho do processo.

A Corretora figura como parte em processos que versam sobre matéria fiscal, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo ações de risco possível em 30/06/2025 no valor de R\$ 49.861 mil.

As contingências fiscais referem-se, principalmente, às discussões judiciais relativas ao COFINS e responsabilidade solidária referente o recolhimento de IOF e IRRF sobre intermediação de cambio.

13) Capital Social

O Capital Social em 30/06/2025 é de R\$. 13.704 mil, sendo composto de 5.306 mil ações ordinárias, sem valor nominal.

14) Resultado de operações de cambio

	<u>30/06/2025</u>
Receitas de cambio	20.568
Despesas de cambio	-70
<u>Total</u>	<u>20.582</u>

15) Receitas de Prestações de Serviços

	<u>30/06/2025</u>
Rendas de Assessoria Técnica	186
Rendas de Corretagens de Cambio	14.633
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	163
Taxa de Edição	1.500
Comissões Western Union	60
<u>Total</u>	<u>16.543</u>

16) Despesas de pessoal

	<u>30/06/2025</u>
Proventos	2.842
Benefícios	2.626
Encargos sociais	1.036
<u>Total</u>	<u>6.504</u>

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

17) Outras Despesas administrativas

	30/06/2025
Energia Elétrica	64
Aluguéis	1.704
Comunicações	439
Honorários	246
Manutenção e conservação	164
Material	113
Processamento de dados	513
Prom. e relações publicas	170
Publicidade e propaganda	4
Publicação	8
Seguros	11
Serviços. Sistema financeiro	19.167
Serviços de terceiros	551
Srviços técnico especial	3.482
Transporte	85
Amortização	1
Depreciação	17
Outras despesas administrativas	1.042
<u>Total</u>	<u>27.781</u>

18) Despesas tributárias

	<u>30/06/2025</u>
Iss	824
Cofins	1.451
Pis	226
Outras	311
<u>Total</u>	<u>2.823</u>

19) Partes Relacionadas

A corretora não possui transações com outras partes relacionadas.

20) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 246, a qual é considerada benefício de curto prazo.

.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(R\$ mil)

21) Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos busca garantir o regular funcionamento da Corretora, por meio de conjunto de princípios, diretrizes, estratégias, metodologias, limites e responsabilidades aplicáveis, conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017 e atualizações posteriores.

22) Gerenciamento de Estrutura de Capital

A Instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

23) Gerenciamento de Risco Operacional

A Instituição gerencia seus riscos operacionais em total consonância com as disposições regulamentares e as melhores práticas do mercado. Sua diretoria está plenamente engajada no processo, definiu e aprovou a política de gerenciamento e coordena as atividades relacionadas ao risco operacional e disponibilizou adequados recursos humanos e materiais. É responsável pelas informações e promoveu ampla divulgação aos clientes e colaboradores em seu site na rede mundial de computadores, disponível a todos os interessados.

24) Gerenciamento de Risco de Mercado

A Instituição possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, a qual é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição em taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, da instituição. As aplicações são controladas pela Diretoria, que avalia a necessidade de diluição do Risco.

25) Limites Operacionais (acordo de Basiléia):

O índice de Basiléia para a instituição financeira apurado em conformidade com a legislação vigente é na data-base de 30 de junho de 2025 de 12,52% %

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(R\$ mil)

26) Ouvidoria

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução nº 4860/2020 do Banco Central do Brasil.

27) Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Em cumprimento à legislação específica, incluindo a Lei 9.613/1.998, Lei 12.846/2013, Circular nº BCB 3978/2010 e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro. Esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

28) Resultado não recorrente

No primeiro semestre de 2025 não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

29) Eventos Subsequentes

Em observância ao disposto na NBCTG 24 (R2), a FAIR analisou os eventos subsequentes ocorridos entre 30 de junho de 2025 e 26 de setembro de 2025, data de conclusão da elaboração das demonstrações financeiras, não havendo a ocorrência de qualquer fato que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações financeiras relativas à data-base de 30 de Junho de 2025.

JOSE LAVIA JUNIOR -17299151839

Assinado de forma digital por JOSE LAVIA JUNIOR - 17299151839

José Lavia Junior CPF: 172.991.518-39 Diretor

VALDEMIR SOPRANI:53807405 VALDEMIR SOPRANI:53807405887 887

Assinado de forma digital por Dados: 2025.09.29 17:13:14 -03'00'

Valdemir Soprani Contador CRC-1SP 88327/0-O

S a c h o – Auditores Independentes Auditoria e Assessoria

FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nº 261/2025

AB: 30/06/2025

2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Administradores da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A. em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02, às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Em observância a Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 25 (R2), que descreve as contingências tributárias e cíveis referentes aos processos contra a FAIR Corretora de Câmbio S/A, considerados pelos seus Assessores Jurídicos com probabilidade de perda possível, conforme o destacado na nota de Outras Obrigações. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

4

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações significativas de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - 2SP/017.676/O-8

CNAI PJ - 000155

MARCELO MACHADO DE ANDRADE

CRC – 1SP 223.997/O-8